



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

13.02.10.22

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012 / 2016

1 - INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ, torna público que, devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesa, na forma do disposto no processo administrativo n.º E-18/002/489/2016, que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 200x, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG n.º 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

1.4 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 (uma) resma de Papel A4, no seguinte endereço: Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ, de 10:00 às 16:00 horas, ou através do e-mail licitacao@funarj.rj.gov.br.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ, de 10:00 às 16:00 horas, ou através do e-mail licitacao@funarj.rj.gov.br.

1.6.1 Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas, antes do encerramento do prazo de acolhimento das propostas.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, através do nº 012 / 2016 - FUNARJ na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2 - DO OBJETO

2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de cadeiras para o Espaço Rogério Cardoso, na Casa de Cultura Laura Alvim – CCLA, sito a Avenida Vieira Souto, 176 – Ipanema – Rio de Janeiro – RJ, unidade administrativa da Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I) e Proposta Detalhe (Anexo II) deste Edital.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

2.2 O prazo máximo de entrega dos materiais não poderá exceder a 40 (quarenta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, conforme detalhado no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

2.2.1 Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto da aquisição, visando a sua adequada execução.

2.2.2 Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos materiais adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

3 - DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	02	06	2016	10:00
Limite acolhimento das propostas	15	06	2016	10:50
Data de abertura das propostas	15	06	2016	11:00
Data da realização do Pregão (lances)	15	06	2016	11:05
Processo nº	E-18/002/489/2016			
Tipo	Menor Preço Global			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	02 de junho de 2016			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	PE 012 /2016			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à aquisição do material ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 230

PROGRAMA DE TRABALHO: 13392029010880000

NATUREZA DA DESPESA: 4590

5 - TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO.**

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como:

6.2.1 Suspensas temporariamente pela FUNARJ, nos termos do inciso III, do art. 87 da Lei nº 8.666/93; e.

6.2.2 Já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do art. 2º do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao SIGA, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 200x, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.3.1 No momento da inserção da proposta de preços, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo VIII, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 14.2.1.

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo II), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

9.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada. (ver nota explicativa nº 17)

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.200x, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 7 do Edital.

9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SER nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/2004, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da FUNARJ, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 – Regas Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ, no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

- a) declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do Anexo IX – Declaração de inexistência de penalidade;
- b) a documentação de habilitação prevista no item 12.2 a 12.9, em original ou cópias autenticadas; e
- c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 12.1.1.1, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5, além das declarações itens 12.7 (caso enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) e 12.9.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.9.

12.2. Habilitação Jurídica

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2.1 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

12.3.2.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.3.2.3 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. **Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.**

12.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente, emitidos em papel timbrado da entidade e o CNPJ da mesma;



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

12.5.2 Detalhamento do material com as respectivas descrições técnicas do produto ofertado, indicação de marca e modelo, catálogo(s) técnico(s) com fotos em alta definição, literaturas e todas as informações indispensáveis para a perfeita compreensão do mobiliário proposto.

12.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

12.6.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo III, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 – Declaração Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte

12.7.1 Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.200x, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo V do Edital.

12.8 – Do Prazo de Validade das Certidões

12.8.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.9 Outras Declarações

12.9.1 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, modelo no Anexo VI.

12.9.2 Declaração de inexistência de fato superveniente ou impeditivo, modelo no Anexo VII.

12.2.10 COOPERATIVAS



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

12.2.10.1 Será admitida a participação de cooperativas que atendam, conforme o caso, as exigências da cláusula 12 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

- I – ata de fundação;
- II – estatuto (com ata da assembléia de aprovação);
- III – regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V – edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI – registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;
- VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

12.10.2 Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

13 - DAS AMOSTRAS

13.1 Poderá ser exigida do primeiro colocado a apresentação de AMOSTRAS da CADEIRA, a ser encaminhada a Casa de Cultura Laura Alvim – CCLA, sito a Avenida Vieira Souto, 176 – Ipanema – Rio de Janeiro – RJ, unidade administrativa da Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

13.2 A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

13.3 A amostra será analisada por 02 (dois) representantes da FUNARJ e por consultor técnico do escritório de arquitetura FÁBRICA ARQUITETURA, que emitirá laudo motivado



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.4 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

13.5 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o licitante, neste caso, ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada da amostra, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio da FUNARJ.

13.6 A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

14 - DOS RECURSOS

14.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2 A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.3 As razões e contra-razões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail licitacao@funarj.rj.gov.br ou fac-símile (21) 2332.5018/5017/ 5025 com posterior envio



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE SUPERIOR. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE SUPERIOR adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesa, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

15.2.1 O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VIII, como condição para assinatura do contrato.

15.3 Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, Declaração (anexo 6) de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I – de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

II – de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);

IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

15.3.1 A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

15.4 Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

15.5 Na hipótese de não atendimento do disposto no item 15.3, poderão ser convocados os demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

15.6 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela AUTORIDADE SUPERIOR, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

16.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

16.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

16.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

16.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-FIPE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

16.6 O pagamento será realizado a vista, após a entrega e aceite das cadeiras adquiridas.

16.7 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.2 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

17.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

17.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

17.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

17.4.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 17.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.2 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 17.1, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

17.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 17.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

17.5 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 17.1:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

17.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 17.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

17.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 17.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

17.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

17.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

17.9 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 17.1, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

17.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 17.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.1.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

17.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

17.13 As penalidades previstas no item 17.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

17.14 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 17.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

18 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

18.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da FUNARJ.

19 – DO PRAZO

19.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contados a partir de ___ de junho de 2016, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, na forma do disposto no parágrafo 3º do art. 77 do Decreto 3.149/80.

20 - GARANTIA

20.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

20.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.

20.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

21.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Proposta Detalhe
Anexo III	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
Anexo IV	Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Decreto 33.925/2003)
Anexo V	Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VI	Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação
Anexo VII	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente ou Impeditivo
Anexo VIII	Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

Anexo IX	Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade
Anexo X	Minuta de Contrato
Anexo XI	Planta Baixa “A” e “B”

21.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

21.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2016.

Felipe Caldeira Marron da Rocha
Presidente



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO FUNARJ – 012/2016

TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo constitui elemento fundamental para a aquisição de cadeiras para o Espaço Rogério Cardoso, na Casa de Cultura Laura Alvim – CCLA, sito a Avenida Vieira Souto, 176 – Ipanema – Rio de Janeiro – RJ, unidade administrativa da Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ, conforme especificações constantes no item 6, do presente Termo de Referência.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de cadeiras para o Espaço Rogério Cardoso, na Casa de Cultura Laura Alvim – CCLA, sito a Avenida Vieira Souto, 176 – Ipanema – Rio de Janeiro – RJ.

3. JUSTIFICATIVA

A CASA DE CULTURA LAURA ALVIM, doada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1983, é um centro cultural à beira-mar, no bairro de Ipanema e, desde 1986, importante polo de cultura da cidade.

Laura Alvim (1902- 1983), filha do médico Álvaro Alvim, introdutor do raio X no Brasil, e neta do caricaturista republicano e abolicionista Angelo Agostini, fundador da Revista Ilustrada e do jornal “O Cabrião”, dedicou a sua vida à arte, incentivando novos artistas e transformando o lugar onde morava em centro cultural.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

Hoje a CCLA pertence à FUNARJ / Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria do Estado de Cultura.

Com aproximadamente 2.000 m² de área construída, a CCLA abriga um café, uma loja, três salas de cinema, o Teatro Laura Alvim (186 lugares), o Espaço Rogério Cardoso (70 lugares) e a Galeria Laura Alvim. Assim, a CCLA está consolidada como uma importante referência de artistas e intelectuais da cidade, contabilizando, atualmente, uma média de visitação de, aproximadamente, 9.000 pessoas/mês.

Com o advento das Olimpíadas, a serem realizadas neste ano de 2016 na cidade, a Casa será ocupada por uma empresa suíça, ligada ao evento, para abrigar suas instalações. Como contrapartida, foi firmado o compromisso de realização de ampla obra civil de reforma nos teatros da casa. Como complemento a estas obras, faz-se necessária a aquisição de novas cadeiras em equivalentes condições de conforto ao que será proporcionado e que ofereçam aos espectadores os níveis atuais de segurança e ergonomia, assim como também atendam às normas atuais relativas aos portadores necessidades especiais.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Para efeito das presentes especificações, o termo FUNARJ significa Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro, que contratará a Prestação de Serviço definida no Item 1 – Introdução, objeto de licitação, modalidade Pregão Eletrônico; o termo CONTRATADO define o(s) proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto da licitação e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará a FUNARJ, perante o CONTRATADO e a quem este último dever-se-á reportar.

4.2 Antes de apresentar sua proposta a licitante deverá analisar, consultar as especificações, executando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou alteração de qualidade.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

4.3 A Licitante deverá apresentar como documentação de técnica – Atestado(s) de Capacidade Técnica, constituídos de declarações expedidas por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove a boa execução de fornecimento, compatíveis com prazos, quantidades e valores ao objeto da licitação.

4.4 A Licitante arrematante também deverá apresentar, sob pena de desclassificação se não o fizer, o detalhamento dos materiais com as respectivas descrições técnicas do produto ofertado, indicação de marca e modelo, os catálogos técnicos com fotos em alta definição identificando o item da proposta, literaturas e todas as informações indispensáveis para a perfeita compreensão dos mobiliários propostos.

4.5 O setor responsável somente receberá os materiais que estiverem de acordo com as especificações do item 6.

4.6 O(s) material(is) que não estiver (em) de acordo as exigências requisitadas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente retirado(s) pelo CONTRATADO, sem ônus para a FUNARJ.

4.7 O(s) material(is) recusado(s) deverá(ão) ser substituído(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação do Órgão.

4.8 O material fornecido deverá ter garantia mínima de 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, sendo que este prazo passará a contar, do dia seguinte em que houver o aceite definitivo por parte da CONTRATANTE.

4.11 O Contrato a ser assinado pelo vencedor terá a vigência de 05 (cinco) anos.

4.13 É de inteira responsabilidade da(a) empresa(s) adjudicatária(s), no momento da entrega, o ônus com o descarregamento das mercadorias, na Casa de Cultura Laura Alvim - CCLA, sito à Avenida Vieira Souto, 176 – Ipanema - Rio de Janeiro/RJ, mediante agendamento prévio com o Responsável, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por meio dos telefones nºs (21) 2332-2015 / 2016.

4.14 Horário de entrega: De segunda a sexta, horário comercial.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantovani de Artes do Estado do Rio de Janeiro

5. NORMAS

5.1 O produto a ser ofertado deverá seguir a norma técnica ABNT NBR 9050: 2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e NBR 9442 - Materiais de construção - determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante - método de ensaio.

6. TIPO, DETALHAMENTO E DESCRIÇÃO DAS CADEIRAS

6.1 DETALHAMENTO

LOTE ÚNICO			
ITEM	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	QUANT.
1	CADEIRA (ID – 142773)	<p>Cadeira fixa empilhável com deslizadores. A estrutura da cadeira deverá ser em ferro trefilado, 7/16”, maciço (aço carbono 1045) dobrado mecanicamente, formando uma única peça. O assento e encosto deverão ser fabricados em folhas de madeira compensada de 10mm, moldado anatomicamente e prensado a quente com estofamento com manta de espuma com densidade de 28Kg/m³ e com espessura de 10mm no assento e 5mm no encosto, revestidos em couro ecológico.</p> <p>Assento fixado à estrutura através de parafusos auto atarrachantes e o encosto através de parafuso com bucha, que ficam embutidos na estrutura e com um reforço em aço em cada lado. Medidas: Assento com profundidade de 440mm e largura de 430mm, o encosto com altura de 280mm e largura de 470mm. A altura total da cadeira é 760mm. Deslizador em nylon injetado, fixados sob pressão. Deverá permitir empilhamento de até 20 cadeiras com utilização de carrinho apropriado. As partes metálicas, antes da pintura, são tratadas por processo de desengraxe e fosfatização contra oxidação, pintura a pó (híbrido epóxi/poliéster) através de processo eletrostático, seguindo secagem por polimerização em estufa. Espessura da tinta acima de 70 microns e resistente à exposição a nevoa salina de 420horas e à exposição à câmara úmida de 400horas.</p> <p>Deverão ser apresentados laudos do IPT, Falcão Bauer, ou outro laboratório credenciado pelo INMETRO conforme abaixo, para estruturas pintadas: Laudos a) Norma NBR 8094:1983 (Corrosão à exposição a névoa salina), garantindo uma resistência a exposição de 420 horas. b) Norma NBR 8095:1983 (Corrosão à exposição a atmosfera úmida), garantindo uma resistência a exposição de 400 horas.</p>	54



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

		<p>c) Norma NBR 11003:2010 (Verificação da aderência da camada de tinta), garantindo que não haverá nenhum destacamento ao longo das incisões “X0” e nenhum destacamento na intersecção “Y”.</p> <p>d) Norma NBR 10443:2008 (Determinação da espessura do revestimento por processo não destrutivo), garantindo espessura mínima da tinta em 70 microns.</p> <p>e) Laudo que garanta atendimento a NR 17 – Norma regulamentadora do Ministério do Trabalho, realizado por laboratório credenciado ou por Eng.º de Segurança do Trabalho.</p>	
--	--	--	--

Nota: Todas as cadeiras deverão ser entregue já tratadas com produto retardante de fogo, com Certificado fornecido por empresa credenciada junto ao Inmetro ou ABNT.

6.1.1 Imagem de referência



**Figura meramente ilustrativa
considerar estritamente o
especificado no descritivo**

7. DAS AMOSTRAS

7.1 A empresa arrematante deverá apresentar amostra (protótipo) da cadeira especificada e cotada, no prazo de até 10 (dez) dias improrrogáveis, contados após a arrematação do item, sob pena de desclassificação, para que seja verificada e aprovada pelo setor técnico responsável, escritório de arquitetura FÁBRICA ARQUITETURA, e pela FUNARJ, através de Equipe Técnica, composta por 02 servidores a serem indicados pela mesma, o atendimento às especificações. O protótipo deverá ser acompanhado de sua respectiva Nota Fiscal, constando no campo da Natureza da Operação a descrição “Remessa para Homologação”.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

7.1.1 A apresentação dos protótipos dos produtos cotados, tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto deste Termo de Referência e com os desenhos técnicos referenciais.

7.1.2 Os protótipos deverão estar devidamente identificados com placas permanentes constando, pelo menos, o nome da empresa/Licitante, a data da fabricação e o lote a qual pertencem, bem como os seus respectivos prospectos e manuais. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

7.2 Amostra constituída por uma cadeira, com o acabamento relacionado, sem exigências de cor.

7.3 Encaminhar os respectivos testes certificados para desempenho de fogo conforme exigências previstas neste Termo.

7.4 Essa amostra será submetida a exames, de maneira a confirmar, inequivocamente, o atendimento das especificações pelo material cotado.

7.4.1 Para todos os protótipos, em caso de eventual dúvida quanto à qualidade, estabilidade e da resistência, poderão ser solicitados, a critério da FUNARJ, ensaios técnicos a fim de se aferir o atendimento às normas ABNT pertinentes, através de laboratório acreditado ao Inmetro (tipo LabMov, IPT).

7.4.2 Os custos de transporte, ensaios e qualquer outro incidente correrão por conta da empresa Arrematante.

7.5 As despesas decorrentes desses ensaios e laudos são de responsabilidade da empresa arrematante. A amostra se aceita, ficará na FUNARJ até a data da efetiva contratação, bem como deverão aguardar até a data da última entrega, quando poderá ser retirada, no estado em que se encontrarem sem ônus de reparo para a fundação.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuan de Artes do Estado do Rio de Janeiro

7.6 A descrição de como serão os serviços de assistência técnica durante o período de vigência da garantia e se serão prestados pelo participante ou por empresa subcontratada. No caso de o serviço ser prestado por empresa subcontratada, o licitante deverá indicar o nome, endereço e telefone da empresa que ficará responsável pela sua execução.

7.7 Caso haja danos no mobiliário, em razão do transporte, entrega e montagem, caberá ao(s) CONTRATADO(S) providenciar a troca imediata dos bens danificados.

7.8 É de inteira responsabilidade da empresa arrematante, no momento da entrega, o ônus com a entrega, descarregamento e montagem dos mobiliários.

7.9 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à mesma, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio da FUNARJ.

7.10 A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

8. ATENDIMENTO

8.1 O prazo previsto para a entrega das cadeiras, a partir da assinatura do contrato é de, no máximo, 40 dias corridos.

8.1.1 O local para entrega do mobiliário especificado neste Termo será na Avenida Vieira Souto 176 – Ipanema, Rio de Janeiro - RJ, conforme layout elaborado e fornecido pela Contratante.

8.1.2 A entrega será acompanhada por uma Comissão Técnica que comprovará a quantidade e qualidade dos materiais fornecidos, considerando os parâmetros elencados neste Termo de Referência e de acordo com a estratégia/logística estabelecida.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

8.1.3 A aceitação será efetuada da seguinte forma:

- Provisoriamente: no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas.
- Definitivamente: após verificação criteriosa inspeção de que o mobiliário adquirido encontra-se montado e em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado, quanto à qualidade e quantidade.

8.1.4 A CONTRATADA deverá efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto contratado e nem aos protótipos aprovados pela Comissão no prazo de 10 (dez) corridos, a contar do recebimento da solicitação.

8.2 Cabe ao(s) CONTRATADO(S) consultar (em) com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

8.3 Encaminhar os respectivos testes certificados para desempenho de fogo conforme exigências previstas neste Termo.

8.4 O mobiliário definitivo poderá ser submetido a exames, de maneira a confirmar, inequivocamente, o atendimento das especificações pelo material cotado.

8.4.1 Em caso de eventual dúvida quanto à qualidade, estabilidade e da resistência, poderão ser solicitados, a critério da FUNARJ, ensaios técnicos a fim de se aferir o atendimento às normas ABNT pertinentes, através de laboratório acreditado ao Inmetro (tipo LabMov, IPT).

8.4.2 Os custos de transporte, montagem, ensaios e qualquer outro incidente correrão por conta do Contratado.

8.5 As despesas decorrentes desses ensaios e laudos são de responsabilidade da contratada.



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

8.6 Caso haja danos no mobiliário, em razão do transporte e entrega, caberá ao(s) CONTRATADO(S) providenciar a troca imediata dos bens danificados.

8.7 É de inteira responsabilidade da empresa contratada, no momento da entrega, o ônus com a entrega, descarregamento e montagem dos mobiliários.

8.8 O material deverá ser protegido de condições ambientais adversas e mantido nas condições de temperatura e umidade recomendadas pelo fabricante.

8.9 As caixas contendo as cadeiras devem ser manuseadas com cuidado observando as recomendações do fabricante.

9. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1 O prazo de garantia dos produtos fornecidos pela CONTRATADA será de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e para reposição de peças, contados do recebimento definitivo.

9.1.1 A contagem do prazo de garantia somente terá início após o aceite definitivo.

9.2 A garantia abrange a manutenção corretiva e/ou assistência técnica dos produtos por intermédio da CONTRATADA ou de suas credenciadas na cidade do Rio de Janeiro, e de acordo com as normas técnicas específicas para cada material e/ou componentes; a fim de manter o produto em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a FUNARJ.

9.3 Entende-se por manutenção corretiva e/ou assistência técnica a destinada a remover defeitos apresentados compreendendo a substituição de produtos, peças ou componentes; ajustes; reparos e correções necessárias.

9.4 Os serviços deverão ser realizados nas dependências da Casa de Cultura Laura Alvim ou, não sendo possível sanar o defeito do bem no local em que se encontrar, este deverá ser



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura**

Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

retirado para conserto externo sem qualquer ônus, inclusive frete, sendo que o prazo para reparo não poderá exceder a 10 (dez) dias, contados a partir da notificação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar o fornecimento e sua posterior aprovação, bem como os serviços de assistência técnica no período de garantia; registrando as ocorrências e as falhas decorrentes da execução do Contrato e comunicando imediatamente à CONTRATADA para as medidas corretivas por parte desta;

10.2 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto e solicitar a imediata interrupção se for o caso;

10.3 Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

10.4 Atestar as faturas após a realização da entrega pela CONTRATADA;

10.5 Efetuar os pagamentos devidos pela execução dos serviços objeto deste instrumento, na forma estabelecida no contrato;

10.6 Fornecer à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à plena execução do fornecimento objeto deste contrato;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Fornecer o mobiliário conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência; observando os prazos e estratégias mencionados neste Termo de Referência. Em caso de desacordo com as referidas especificações, fica a CONTRATADA responsável pela substituição do produto;

11.2 Credenciar junto à CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente a todas as chamadas que se fizerem necessárias;



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

11.3 Prestar todo e qualquer esclarecimento que lhe for solicitado pela CONTRATANTE, atendendo a solicitação da troca de produtos quando não atenderem às especificações do objeto do Contrato;

11.4 Retirar, transportar, substituir ou corrigir às suas expensas no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento da notificação expedida pela FUNARJ, o material que for constatado com vícios, avarias e/ou defeitos ou incorreções;

11.5 Comunicar à FUNARJ, por escrito, no prazo de 48 horas antecedentes ao prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem sua execução;

11.6 Atender prontamente a todas as reclamações.

12. CONSIDERAÇÕES GERAIS

12.1 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega.

12.2 A entrega do material deverá ser fielmente executada pela CONTRATADA e seus empregados e/ou prepostos, de acordo com os termos do instrumento editalício e contratual, bem como das disposições contidas na legislação vigente e demais atos regulamentares, e nas instruções que sobre o assunto forem baixadas pela FUNARJ.

**Elaborado por: PEDRO ANTÔNIO MELECCHI
ID 44369360**

**Ratificado por: LUCIANA LEITE DE SOUZA
ID 4334329-5**



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO III

**Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da
Constituição Federal**

Ref.: PREGÃO Nº 012 / 2016

Processo nº E-18/002/489/2016

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

SIM

NÃO

data

representante legal

Observação em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18/09/2003, **DECLARAMOS** que preenchemos, em nossos quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na proporção abaixo assinalada:

- () de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- () de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- () de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- () mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).
- () tenho menos de 100 empregados

Ficamos cientes que poderá o Ordenador de Despesas desse Órgão, a seu critério, encaminhar esta declaração à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação específica relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

Rio de Janeiro, de de 2016

(assinatura do responsável pela empresa)

Nome da Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Endereço:

Nome do Responsável:

RG nº:

CPF nº:



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO V

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital de Pregão nº 012 / 2016, promovido por essa Fundação e marcado para às 11:00 horas do dia 15 / 06 / 2016, no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br que a firma (Nome Completo) – CNPJ nº _____ com sede(ou domicílio) no _____ (endereço completo) _____, por mim representada, cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.200x, em especial quanto ao seu artigo 3º.

Rio de Janeiro, de _____ de 2016

(assinatura, nome completo, cargo, cpf, documento de identidade)

Observação: Esta declaração deverá ser prestada em papel timbrado.



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO VI

Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 012 / 2016, que esta empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do Art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e do Art. 10, V, do Decreto Estadual nº 31.863 de 16/09/2002.

Local, _____ de _____ 2016

(Assinatura)

Nome Completo _____

Cargo _____

CPF nº _____

Documento de Identidade nº _____



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
OU IMPEDITIVO**

À

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO/FUNARJ

Rua México, 41 – 19º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ.

Ref.: PREGÃO Nº 012 / 2016

Processo nº E-18/002/489/2016

Senhor Pregoeiro (a),

Na qualidade de responsável legal pela empresa, _____, situada à _____, na
cidade _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, telefone (____) _____,
fax (____) _____, declaramos a inexistência de fato, superveniente à emissão
das certidões apresentadas, impeditivo de habilitação no presente certame licitatório.

Rio de Janeiro, de de 2016

Representante Legal

(Papel timbrado da Empresa)



**Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro**

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ref.: PREGÃO Nº 012 / 2016

Processo nº E-18/002/489/2016

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO], doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no item [COMPLETAR] do Edital PREGÃO ELETRÔNICO nº 012 / 2016, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 012 / 2016 (Processo nº E-18/002/489/2016), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO nº 012 / 2016 (Processo nº E-18/002/489/2016), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 012 / 2016 (Processo nº E-18/002/489/2016), quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 012 / 2016 (Processo nº E-18/002/489/2016), antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido da Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ, antes da abertura oficial das propostas e;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em _____ de _____ de 2016.

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/
CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO]



Serviço Público Estadual
Secretaria de Estado de Cultura
Fundação Anita Mantuanu de Artes do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ).

À FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/FUNARJ

Rua México, nº 41/19º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Ref.: PREGÃO nº 012 / 2016
Processo nº E-18/002/489/2016

Senhor Pregoeiro,

(Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, inscrita no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento em contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

_____, ____ de _____ de 2016.

[nome da entidade - com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firma(s) reconhecida(s)]

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/
CNPJ)